

A criação do Lago de Itaipu como território fluvial de práticas e discursos de lazer canônico e desviante¹

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar como a construção da Usina Binacional de Itaipu produziu práticas e discursos capazes de constituir lazeres desviantes. A limitação do uso do território resultou na utilização do lazer como dispositivo por diferentes agentes. A retirada do local de moradia, a sensação de perda da liberdade de acesso ao rio, a transformação da região fluvial em centro turístico e mercadológico, o desejo de aventurar-se e a satisfação pela transgressão podem ser lidos como fatores associados ao lazer desviante no território fluvial.

Palavras-chave: lazer; dispositivo; território.

Alexandre Paulo Loro

Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Brasil

alexandre.loro@uffs.edu.br
[lattes.cnpq.br/6110225167735475](mailto:alexandre.loro@uffs.edu.br)
orcid.org/0000-0002-4207-7642

Giuliano Gomes de Assis Pimentel

Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM.

Brasil

ggapimentel@uem.br
[lattes.cnpq.br/5074388036246808](mailto:ggapimentel@uem.br)
orcid.org/0000-0003-1242-9296

Para citar este artigo:

LORO, Alexandre Paulo; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. A criação do Lago de Itaipu como território fluvial de práticas e discursos de lazer canônico e desviante. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, e0309, 2023.

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0309>

¹ Este artigo é um recorte da Dissertação de Mestrado intitulada “Práticas corporais, lazer desviante e territorialidade”, defendida em 2017 na Universidade Estadual de Maringá - UEM, por Alexandre Paulo Loro, autor deste artigo.

A criação do Lago de Itaipu como território fluvial de práticas e discursos de lazer canônico e desviante
Alexandre Paulo Loro, Giuliano Gomes de Assis Pimentel

The creation of Itaipu Lake as a river territory of practices and discourses of canonical and deviant leisure

Abstract

The purpose of this article is to analyze how the construction of Usina Binacional de Itaipu produced practices and discourses able to constitute deviant leisure activities. The limitation of territory use resulted in the use of leisure as a apparatus by different agents. The removal of the dwelling place, the sensation of loss of freedom to access to the river, the transformation of the fluvial region into a tourist and market center, the desire to venture and satisfaction for transgression can be read as factors leading to deviant leisure.

Keywords: leisure; apparatus; territory.

1 Considerações iniciais

Todo processo de gestão do lazer visa, em certa medida, a produção de serviços e produtos que satisfaçam às necessidades lúdicas humanas, de forma legalizada. A isso chamamos lazer canônico, pois é socialmente aceito. Todavia, a governança dos territórios pode produzir exclusão de práticas e grupos, fomentando a produção de resistências à gestão estabelecida. Daí, nas margens do canônico, observamos o lazer desviante, o qual é objeto de repressão, mas também deveria ser um indicador de problemas de gestão pública.

Postulamos neste artigo que as relações de poder não são efeitos da legislação, e sim dos infinitos jeitos de adaptação do corpo legal às situações diversas que surgem em um âmbito social determinado. Outrossim, a normalização refere-se ao processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações, afinal, as sociedades modernas são sociedades de normalização e controle.

A regulação e o controle da população nas sociedades modernas comportam não apenas a relação número de habitantes/território, mas as relações de coexistência que se estabelecem entre os indivíduos que habitam um mesmo território e suas condições de existência, sendo oportuna a análise do lazer a partir de um tema central: o Biopoder (Foucault, 2008, 2002). A gênese de um saber político, voltado para o controle da população por mecanismos de regulação matizados no Biopoder, implica em estratégias que têm no cerne de suas preocupações a regulação da população.

A noção de governo pode ser analisada a partir de dois eixos: 1) o governo como relação entre sujeitos (controle social); e 2) o governo como relação consigo mesmo (autocontrole) (Castro, 2009). No primeiro sentido, o governo é um conjunto de ações sobre ações possíveis, que trabalha com um campo de possibilidades, no qual vem inscrever-se o comportamento dos sujeitos que atuam: induz, desvia, facilita, dificulta, limita, obriga ou impede absolutamente. No segundo sentido, o governo visa ao estabelecimento e à manutenção da disciplina no domínio dos prazeres e desejos. Isso quer dizer que os modos de objetivação-subjetivação são pontos cruciais para a análise dos mecanismos de repressão e controle (dispositivos).

Compreende-se como dispositivo a disposição de uma série de práticas e mecanismos com o objetivo de fazer frente a uma urgência à obtenção de um efeito. Trata-se de um conceito bastante amplo e multilinear, que articula estrategicamente campos de saber, relações de poder e modos de subjetivação. O dispositivo traduz como o movimento e a estrutura do mundo, em termos das redes de poder e dos seus regimes de visibilidade, atualizam-se (Foucault, 1999).

O sujeito não é uma fonte autônoma e transparente de saber, mas é construído em redes de práticas sociais que sempre incorporam relações de poder e exclusão (Oksala, 2011). Existe, portanto, um efeito circular nas relações de poder instituídas e nas formas de conhecimento capazes de criar sujeitos, capazes de construir a experiência subjetiva, mas nem sempre são identificados por si mesmos de maneira transparente.

As práticas de lazer são criações discursivas construídas socialmente, proliferadas e consolidadas historicamente em regime de verdade, portanto não podem ser naturalizadas. Pelo contrário. É emergente desnaturalizar o lazer, expor outros modos de pensá-lo e percebê-lo, é chamar a atenção para os modos de viver, as relações de poder e as identidades que emergiram de uma rede de práticas humanas contingentes.

Ao tratar da subversão do lúdico e das práticas de lazer desviantes, Pimentel (2010) enfatiza que mesmo se não houvesse um sistema de normas formais e legais para seu controle e punição, ainda assim seria possível identificar mecanismos de poder no modo como as pessoas restringem seus lazes e condenam moralmente os excessos e outros desvios da normalidade instituída pela ideia de lazer. Quer dizer que as práticas de lazer desviantes são inibidas por um conjunto de normas que objetivam controlar e punir os indivíduos, associados a outros mecanismos de poder. Por outro lado, há que se considerar a ambiguidade das instituições, pois elas não apenas reprimem as práticas desviantes, mas também as produzem e encorajam os indivíduos a criarem e inventarem os desvios.

O poder não está centralizado em um único ponto, mas está diluído em todos os lugares. Esse movimento demonstra a coexistência de diferentes pontos de vista. Entre o lazer canônico e o lazer desviante há uma zona de negociação composta por camadas em

que o nível de tolerância permitirá a profundidade de mergulho, especialmente em regiões em que estados possuem mecanismos diferenciados para tal efeito.

O objetivo deste artigo é analisar como a construção da Usina Binacional de Itaipu produziu práticas e discursos capazes de constituir lazeres desviantes. A abordagem toma a criação do Lago de Itaipu como constituição de um acontecimento, ou seja, como um conjunto das condições que tornam um discurso possível – como a irrupção de uma nova regularidade discursiva que coloca em jogo o acontecimento discursivo com acontecimentos não discursivos (Foucault, 2009).

Esse fato é desencadeador de novas relações de forças, em que o que é lazer desviante e lazer canônico vai se compor em uma relação tênue no território fluvial, imbricada não somente na mudança da dimensão e do curso do rio, mas também na mobilidade das fronteiras. O Lago de Itaipu criou uma nova disputa legítima de discursos pelo uso do lazer a partir do estabelecimento daquele atrativo, cenário favorável para a produção do lazer desviante na região da Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai-Argentina).

Ao investigarmos o Lago de Itaipu também chegamos aos rios da região de fronteira. O empírico nos levou a analisar com maior profundidade a relação da população com os lazeres que envolvem as águas, além do contato que os moradores estabelecem com os outros indivíduos, emergindo um tipo particular de sociabilidade e apropriação dos espaços, uma vez que distintos atores sociais exercem funções específicas na dinâmica do lazer desviante. Nesse complexo contexto, encontramos o seguinte problema: como a construção da Usina Binacional de Itaipu produziu práticas e discursos capazes de constituir lazeres canônicos e desviantes?

2 Metodologia

A pesquisa está centrada na relação articulada entre conceitualização, metodologia e instrumentos de coleta de dados, associando informações de diferentes atores sociais para esboçar um retrato da realidade, o qual sabemos que sempre será incompleto, afinal a temática exige a consideração do lazer em relação aos povos, lugares e realidades locais, sem perder de vista o contexto mais amplo. Lidar com um objeto de

estudo escorregadio, alicerçado em uma metodologia de pesquisa de sistema aberto e dados multissituados é desafiador. Nesse sentido, quaisquer procedimentos de análise sobre as práticas de lazer desviante não poderiam ser universais e/ou globalizantes.

Os procedimentos metodológicos de estudo consistiram na combinação de técnicas para a coleta de dados: entrevistas e observação não participante (registradas em diário de campo). Os conteúdos descritos no diário contextualizaram as atividades desenvolvidas nas incursões de campo, de caráter descritivo-analítico (Triviños, 1987). As anotações realizadas durante o mês de julho, no período de 2015-2017, facilitaram a descrição e a reflexão das rotinas dos dias de trabalho, as quais continham: data, horário, local, planejamento, ação, objetivos da ação, sujeitos envolvidos, desenvolvimento da atividade e avaliação; enquanto que a abordagem exploratória contou com a colaboração de diferentes agentes²: Mateus (assessor da Itaipu Binacional), Aluísio e Suzana (jornalistas), Gabriel e Nadir (agricultores), Joel (político), Marcos (líder comunitário) e Lilian (agente jurídica), todos residentes na região de fronteira³.

Os instrumentos serviram como pontes de acesso aos indivíduos para que fosse possível identificar/analisar diferentes discursos. Assim, utilizamos um conjunto de procedimentos organizados a partir da Análise do Discurso (AD) foucaultiana e de categorias nativas daquilo que o campo revelava. Vislumbramos as dimensões do lazer nos cursos d'água após a formação do Lago de Itaipu, bem como a existência de diferentes discursos no uso das águas na região.

3 O Lago de Itaipu como acontecimento na produção do lazer

Um dos mais importantes traços identitários na região da Tríplice Fronteira é a diversidade cultural. Neste território, brasileiros, paraguaios e argentinos transitam diariamente, somados aos turistas e imigrantes de diversas partes do mundo, atraídos

² Todos os participantes autorizaram o uso das entrevistas, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, portanto todos os nomes são pseudônimos, com exceção do jornalista Aluísio, que autorizou a menção ao seu nome.

³ Especificamente os municípios paranaenses de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu.

principalmente pelo turismo e pelos negócios. Para Sachet (2007), as relações entre as diferentes dimensões sociais do território (processos de territorialização, des-territorialidades e re-territorialidades) complementam-se incessantemente, proporcionando crescimento vertiginoso.

Em específico, a cidade brasileira de Foz do Iguaçu – Paraná, ficou praticamente estagnada em termos de crescimento entre 1963 e 1973. Em 1974, ano de início da construção de Itaipu, Foz do Iguaçu possuía apenas duas praças públicas para atender, em termos de lazer, sua população urbana, sendo que eram as mesmas desde 1963. A concentração urbana, em limites geográficos, era bastante estreita, o que permitia intercâmbio entre as famílias, mantendo-se a sociabilidade em torno dos poucos locais de lazer que ali existiam, como o cinema, o cassino (Paraguai), as pescarias e as festas de comunidade. Naquele mesmo ano, começaram a chegar à região os primeiros trabalhadores para a obra da Usina de Itaipu. Sem infraestrutura capaz de absorver o contingente grande de trabalhadores, ocorreu o crescimento acelerado e desordenado, fora do controle do poder público (Catta, 2022).

A construção de Itaipu, associada ao turismo e às Cataratas, o incremento ao comércio e a expansão agrícola alavancaram um vertiginoso desenvolvimento, mas também geraram inúmeras desigualdades em amplos segmentos da sociedade, precarizando as relações de trabalho e de lazer. A instalação desse projeto representou um novo ordenamento espacial, responsável por redimensionar a fronteira. Nesse processo, a cidade se readaptava com rapidez em seus modos de vida, frente ao novo ritmo que a remodelava para atender às exigências dos empreendimentos, que se faziam cada vez mais complexos. A remodelação social, pautada pela empresa, fez com que em curto espaço de tempo a região criasse outras identidades culturais. Além das mudanças nos aspectos físico, estético e espacial, mudaram também as perspectivas – as referências já não eram mais somente as Cataratas, mas a própria Itaipu. A construção de Itaipu reinventou a organização da vida social e dos espaços, não somente para os trabalhadores da obra, mas se alastrou por toda a sociedade.

A vida no interior de Itaipu pode ser analisada pelo menos em dois aspectos complementares, no que tange à criação de dispositivos: a invenção de um modo de vida

próprio, criado pela empresa com o intuito de torná-la eficiente e controlável, e os seus desdobramentos, assimilados pela população da cidade. O controle social exercido pela empresa tornou-se uma prática recorrente dentro e fora dela. Por meio dos discursos, foram construídos os sujeitos e, paulatinamente, moldadas as suas relações com a sociedade. O processo de transformação formou uma estrutura de controle da sociedade, cujo poder é exercido no sentido de reprimir os desvios que, porventura, viessem a ocorrer.

A tentativa de uniformizar a população ou de enquadrá-la em um conjunto homogêneo de pessoas poderia tornar a vida mais prática para o mundo produtivo, mas a imposição de uma ordem socioeconômica não correspondia exatamente às expectativas da população, gerando movimentos inevitáveis de desvios. O crescimento da região forçou setores da sociedade a desenvolver estratégias de sobrevivência para obterem acesso às condições básicas de vida, dentre os quais estão o lazer nos cursos d'água, em um pêndulo constante que oscila entre o controle e o desvio.

Sobre esse assunto, foi possível identificar nos discursos de um assessor da Itaipu Binacional a construção de uma narrativa com o propósito de atender às políticas institucionais, as quais visam contemplar a comunidade regional. Mateus relatou que as visitas à Itaipu Binacional inicialmente eram institucionais; posteriormente, passaram a ser abertas aos municípios localizados no entorno do parque e aos turistas do Brasil e do mundo. Ao mudar a sua missão, o turismo passou a ter outro patamar de importância e a responsabilidade passou da equipe de relações públicas para a Fundação do Parque Tecnológico de Itaipu. Na fase de transição foram estimuladas visitas gratuitas à comunidade, divididas em dois segmentos: as visitas institucionais – administradas pelas relações públicas da Itaipu Binacional, que contemplam visita técnica ou visita ao interior da usina ou parte externa; e as visitas turísticas.

Segundo o assessor Mateus, embora parte dos passeios sejam pagos no Lago de Itaipu, esse aspecto não dificultou o acesso da população a esse novo espaço. Pelo contrário, as formas convencionais de lazer foram fortalecidas, decorrentes de uma política eficiente de inclusão da comunidade. As narrativas construídas pelo assessor são estratégias sofisticadas para justificar os empreendimentos. As formas de enunciar

possibilitam identificar o lazer como um dispositivo de disciplinamento da sociedade de consumo – uma tentativa de standardizar as práticas de lazer. O poder aqui é compreendido como uma vasta tecnologia que atravessa o conjunto de relações sociais, inscrita nos corpos dos indivíduos e que está presente em cada relação individual. De acordo com essa lógica, o poder se difunde cotidianamente mediante infinitos mecanismos e práticas sociais que, ao atuarem, produzem um conjunto de relações móveis sempre assimétricas (Gerlero, 2007).

Outrossim, o surgimento do Lago de Itaipu não gerou apenas novas formas de lazer, mas possibilitou outras dinâmicas, outros conflitos. Os moradores nem sempre visitam, ou sequer conhecem os pontos de lazer criados pela Itaipu Binacional. Por exemplo, a população de baixa renda, que vive em regiões periféricas, tem dificuldade de deslocamento e/ou prefere frequentar as margens dos rios próximos às suas residências. A gratuidade e as taxas diferenciadas dos passeios não asseguraram, necessariamente, a assimilação de determinados dispositivos e a reprodução dos mesmos discursos.

Sobre apropriações e vivências do lazer em Foz do Iguaçu, especificamente em rios urbanos dessa região tornaram-se pontuais à medida que as mudanças urbanísticas e no meio natural secundarizaram o sentido integrativo entre a cidade e o meio fluvial. Os pescadores, por exemplo, significam os rios, sobretudo no âmbito das lutas territoriais de sobrevivência e de práticas ilegais. Por outro lado, eles também imprimem o significado por meio de vivências lúdicas, contemplativas, interativas e espirituais com as águas. Tratando-se das práticas de pesca por lazer e de esportes de aventura, associadas às transformações urbanas, entrelaçando os contextos históricos, ambientais, sociopolíticos e culturais de Foz do Iguaçu, percebe-se a existência de diferentes discursos e embates de distintas classes, que entram em disputas pela ordenação da cidade (Narita, 2015).

Houve, na cidade, uma opção que privilegia o turista, impactando os espaços públicos e democráticos do lazer para os moradores. A racionalidade mercantil disputa espaço com o valor de uso e os encontros socioculturais de diferentes identidades. Fenômeno similar também pôde ser observado em outras localidades (Jorge, 2016), como na criação da represa em Santo Amaro, São Paulo. Nesse caso, a construção da

represa acelerou o processo de urbanização, predatória e especulativa, marcada pela desigualdade social.

Em ambos os casos, percebemos que os rios não são apenas uma referência espacial, mas constituem um território fluvial que integra o cotidiano e a história dos indivíduos, o que explica a recusa da população em abandoná-los. Para a população que morava nesses locais, a localização é imprescindível, exatamente pela água. Para as camadas sem ou de baixa renda, o rio fornecia a água para beber, lembrando que na época não havia distribuição de água encanada; fornecia comida, por meio da pesca; era o lugar para lavar roupas; permitia o plantio do alimento, pois a área é úmida e permite irrigação; e o lazer gratuito, para nadar e brincar. As águas eram essenciais para a sobrevivência, por isso da proximidade de população com esse ambiente. Essa rotina perdurou até meados dos anos 1990, quando surgiram e se intensificaram os conflitos decorrentes da remoção das favelas das barrancas dos rios (desfavelamento). Os motivos para essa remoção são apresentados, especialmente, sob o pretexto do combate ao contrabando e descaminho, ao passo que o objetivo era transformar as margens dos rios em circuitos comerciais e turísticos.

O ambiente deixa de ser interativo e passa a ser mercadológico e contemplativo, conforme afirma Marcos, líder comunitário nascido em Foz do Iguaçu e morador do Bairro Cidade Nova II. Ele relata que fora removido do Bairro Jardim Paraná, localizado na barranca do Rio Mathias Almada, afluente do Rio Paraná, devido ao local da antiga moradia ser destinado à construção de um condomínio fechado.

[...] tinha um bairro operário ali, a galera que trabalhava na pedreira. A pedreira tinha as casas e agora é um clube de hipismo, então é particular, mas, assim... a gente *corta* por dentro igual, até hoje nunca falaram nada. A aí tu faz uma trilha *maneirinha*, assim, e vai nas cachoeirinhas, tem duas, e dali também a trilha pra ir pro Rio Paraná que você vai sair perto do Jupira (Bairro Jardim Jupira) do Rio Paraná, mais perto da Ponte da Amizade, assim, perto da Ilha (Acará) [...] (Marcos, líder comunitário).

Segundo Marcos, a criação dos condomínios residenciais fechados e de clubes privativos é pautada pelos discursos da segurança e desenvolvimento turístico. Os projetos turísticos da cidade, que envolvem a apropriação do rio, também são apresentados sob a égide da preservação ambiental – recuperação da bacia hidrográfica e criação de novas áreas de lazer. Não é um caso isolado, pois fenômeno similar também ocorre em outras localidades.

No Bairro Vila C, localizado nas proximidades do Córrego Brasília, os moradores irregulares estão sendo removidos e a área cercada. Nesse sentido, o relato de Marcos contrapõe os argumentos do assessor da Itaipu Binacional:

[...] tem umas três pessoas que são agricultoras que resistiram, que tá lá ainda, inclusive um senhor que sempre cuidou das nascentes que tem ali. Se não fosse ele cuidar não teria mais nascente, a maioria morreu. Ele cuidou de uma das nascentes do Córrego Brasília, mas a Itaipu cercou de alambrado, colocou umas placas de área de preservação e desde então tá fechado. Fizeram uma calçadinha do lado e vão meio que incluir no circuito turístico do Refúgio Biológico⁴, que é do lado ali. Vai passar por essa preservação o rio, mas tá em obras, assim, esse processo. Ali foi removida a galera e espalhada por Foz. Um pouco tá num bairro aqui do lado, um pouco veio pra Cidade Nova. Ali no Jardim Paraná também teve uma desculpa de recuperação do rio, mas depois construíram um condomínio lá em frente, um condomínio fechado [...] (Marcos, líder comunitário).

As forças econômicas e política das empresas e instituições encontram resistências temporárias. Os moradores momentaneamente são contrários, mas acabam por ceder, pois não querem viver em condições precárias, propícias aos alagamentos. Parte das reclamações pairam nas indenizações ou nos acordos que são parcialmente cumpridos. Por outro lado, os moradores são incluídos em programas populares de habitação, contudo existem aqueles que retornam ao local, perpetuando o movimento. As pessoas mudam de residência, são deslocadas e cria-se a expectativa de vida nova, mas há que se destacar a territorialidade daqueles que foram criados perto dos rios,

⁴ O Refúgio Biológico é uma unidade de proteção ambiental, criada e mantida pela Itaipu na margem paraguaia e brasileira e aberta à visitação turística.

daqueles que se identificam com aquele lugar e hoje não podem mais acessá-lo. Ingressar nesses espaços tornou-se uma transgressão.

O desvio pode ser compreendido como a infração de alguma regra geralmente aceita (Becker, 2008), produto de um *empreendimento* dirigido por aqueles que criam as normas, que empreendem uma *cruzada* para a reforma de costumes; e por aqueles que fazem aplicar normas, que são os agentes institucionais encarregados de fazer respeitar as novas leis estabelecidas. Ou seja, é no limiar do limite e da transgressão que o papel dos agentes se torna central para a definição do desvio, sendo que a adesão de indivíduos a padrões de comportamento desviantes envolve não somente atos isolados, mas aprendizagens específicas.

O redirecionamento dos espaços, entretanto, não anula totalmente o uso do rio pelos moradores para as práticas de lazer uma vez que, mesmo sendo proibida a entrada, ainda fazem trilhas, pescarias e acampamentos:

O meu vizinho é pescador. A gente outro dia foi acampar e pescar com ele no Rio Paraná. Ele sabe o circuito dos rios onde tem peixe, mas ali em Itaipu ele tem problemas de pescar no lago: tem que se esconder. A galera vai igual, mas teve os caras dando tiro atrás, essas coisas, essas loucuras, apreendendo material de pesca, mesmo sendo pesca amadora. (Marcos, líder comunitário).

O lazer poderá estimular os indivíduos a desenvolverem a sua capacidade crítica e questionadora ao refletirem sobre as suas realidades, ajudando-os a valorizarem as diversas manifestações socioculturais lúdicas. Na situação mencionada, percebe-se que a população nem sempre aceita os lugares e os tipos determinados de lazer. Alguns frequentadores de cachoeiras abominam a venda da natureza como um produto turístico, possivelmente porque nesse lazer as correntes que os prendem a esses lugares estão relaxadas e liberadas (Rojek, 2011).

Na região fronteira articulam-se fluxos de pessoas, de bens e de significados cuja circulação e permanência fundamentam-se nas assimetrias existentes entre as cidades e os países que convergem nela. Na periferia, surgem alternativas de lazer que estão

segregadas dos tradicionais pontos de visitação da cidade. A intervenção econômica no meio natural não emoldura a todos; são distintos modos de vida. O jogo entre os discursos externos e contradiscursos locais assumem formas específicas, produzindo, portanto, localidades particulares.

Eu gosto da prainha não privatizada, que não tem muita interferência, porque eles colocam cimento em tudo! Tu quer ir pro mato, ai tu vai pro mato e chega lá e tem uma guarita da Guarda Municipal na entrada. Ai já tem um cimento aqui, constrói ali..., daí virou mais um salão de baile. Em Três Lagoas, que é (uma praia artificial) do lago aqui de Foz, vão nos bailão e tal. Construíram um *pisão* gigante. Eu vou lá pra ficar na natureza de boa. Ah, velho, não dá! (Marcos, líder comunitário).

Evidenciamos pelo discurso de Marcos a crítica à tentativa institucional de um lazer canônico em vista da prática minoritária. O cimento na praia do lago é uma forma do governo afirmar que nesse território há civilização, e que ele está a exercer o Biopoder, inculcando práticas canônicas por meio de processos de subjetivação. Ainda, pelo relato de Marcos, as praias artificiais do lago têm proporcionado políticas de lazer pouco atraentes. Nem todos os membros da comunidade se movem nessa direção, pois apreciam ambientes naturais e desejam o desfrute do rio que passa ao lado de suas casas.

No processo de estruturação urbana de Foz do Iguaçu houve uma preocupação acentuada em relação aos futuros visitantes que, atraídos pelo turismo, tornar-se-iam uma lucrativa fonte de renda. Como tradicionalmente ocorre nessas situações, as camadas populares foram sendo deslocadas para lugares distantes, sem a existência de uma política eficiente que atendesse às necessidades de lazer desses setores, como por exemplo, a criação de praças públicas como espaços cotidianos de sociabilidade. Com o passar do tempo, o processo de higienização das áreas centrais da cidade viria a se incumbir da população mais carente, com a atuação da administração pública e do aparato de repressão, atendendo aos anseios da especulação imobiliária que lucrou com a sua remodelação (Catta, 2009).

Nas beiras do lago e dos rios, multiplicaram-se os clubes privados e as casas de campo; instalaram-se hotéis e condomínios de alto padrão. A *camarotização* forçou o deslocamento dos antigos moradores ou dos seus frequentadores para outras áreas, parte deles pobres. Quem não tem acesso aos clubes sociais ou a qualquer outro tipo de lazer barato e de fácil acesso na condição de consumidor, transformar-se-ia em transgressor. Fosse propriedade privada, ou áreas localizadas nas beiras dos rios pertencentes à União, a população não poderia acessá-las sem prévia autorização. Porém, a comunidade se apropria delas; usa as trilhas, faz escalada, banha-se nos rios, faz churrasco, usa barco, pesca e caça. Em muitos casos, mais que isso, a população edifica e estabelece moradia, especialmente ao longo das barrancas. A população pobre, sem recursos para pagar aluguel ou adquirir um lote de terra, acaba por desmatar e ocupar áreas ribeirinhas, formando núcleos de residência que abrigam um contingente de pessoas que chega continuamente à cidade.

O entorno das águas e as próprias águas são disputados por vários grupos sociais, inclusive no campo do lazer. As diferentes formas de apropriação desses espaços revelam contrastes dos distintos interesses envolvidos como, por exemplo, a criação de condomínios privados, que fomentou os desvios à medida que desconsiderou a territorialidade dos grupos tradicionais de pescadores.

Essa propriedade que eu te falei antes, eles cansaram de colocar cadeado, fizeram até um muro e eles continuaram quebrando, é como se eles dissessem assim: – isso aqui é nosso, a gente estava aqui antes de vocês, a gente quer um caminho! Eu acho que eles ainda continuam lateralmente entrando. Parece que não vão parar enquanto não colocarem uma guarita com vigia (Lilian, Agente Jurídica).

Nessa situação, as dimensões da construção de novas tecnologias de subjetivação e os diferentes dispositivos de monitoramento (Gomes, 2009) são parcialmente aplicáveis, pois os indivíduos se subjetivam no modo como apreendem o território fluvial para o lazer.

A vida comum e as atividades transgressoras são mais tênues do que podemos imaginar. Podemos nos dirigir para formas de atividades que violem a lei, ao adotarmos algumas regras de vida comuns, transgredindo-as (Rojek, 2011). Na situação supracitada, alguns moradores obtiveram o registro e a carteira de pescador; aqueles que não conseguiram, continuaram na informalidade. Porém, os acessos nem sempre são interrompidos. Em alguns lugares, isso pode ser negociado. Estabelecer acordos verbais e monetários pode resultar em situações que sejam *boas para todos*, como ocorre em um estacionamento às margens do rio por um antigo marinheiro, que permite acesso de forma extraoficial:

Aqui tem um lugar no Rio Paraná, bem pertinho, que você entra. Só que pra parar o carro lá você tem que pagar. É tipo um Porto Oficial, ao lado da Marinha. Quem tá lá é um 'marinheiro', um cara mais antigo, um cara legal. Ele diz: – olha, você pode estacionar aqui, paga dez reais e pode ficar à vontade. Tá, mas isso é permitido ou não? Ele não quis falar isso, [...] ele tem um acordo com a Marinha, que ele foi da Marinha, deixam ele lá e cuida do local, mas há uma política de boa vizinhança (Suzana, jornalista).

O controle dos acessos é uma forma de corrigir o indivíduo, aparentemente um fenômeno normal; entretanto, o indivíduo é espontaneamente incorrigível, o que demanda a criação de tecnologias para a sua reeducação e regramento, uma forma de *sobrecorreção* que lhe permita a vida em sociedade (Foucault, 2001). Nem todos se enquadram às normas ou querem/podem se submeter ao pagamento das tarifas – querem liberdade de acesso e gratuidade. Por mais que existam discursos que evoquem segurança, conforto, boa prestação de serviço, há indivíduos que não se enquadram – almejam usufruir do rio espontaneamente:

A gente queria estar lá, com liberdade, sem roteiro. Por outro lado, as pessoas vão se fechando. Esse é o problema, quando você vê tá na ilegalidade. O local lá, você não pode entrar, ou tem que ir por um caminho que você vai por meio dos hotéis, mas tem que negociar: – A gente pode ou não pode entrar? (Suzana, jornalista).

Em alguns pontos dos rios, para se obter passagem pelas propriedades particulares, acordos informais são firmados com os proprietários. Estes, mediante pagamento, tentam manter o controle do fluxo, permitindo a liberação apenas dos conhecidos. A triagem, justificada em decorrência dos assaltos ocorridos, nem sempre é eficaz, pois, mesmo quando a área é murada, a população acaba por fazer trilha ao lado. Isso exige discricção, afinal quando circulam muitas pessoas, os donos aparecem. Ainda assim, é possível barganhar, conforme evidenciado em dois relatos: *se você chegar lá humilde e disser: – eu quero fazer (acessar o rio), então... (risos). Porque a gente não precisaria pagar, né? Porque o rio é o rio* (Daniel, Guia de Aventura). *Ao lado do Parque do Iguaçu, tem uma área de camping. Se você for amigo do guarda, se você conhecer ele desde criança, ele libera pra você (entrar). É aquela coisa* (Lilian, Agente Jurídica).

Quando os amigos têm privilégios, as contravenções parecem adquirir naturalidade – quem não dribla a fiscalização coexiste em acordos com elas, em uma espécie de embaralhamento das fronteiras entre legal e ilegal, entre formal e informal. Nessa outra cartografia das circulações de bens e pessoas, vive-se na ilegalidade, em maior ou menor grau. As prisões mais comuns são por contrabando e descaminho. O desdobramento disso geralmente é o cumprimento de pequenas penas ou prestação de serviços à comunidade, que resultam no regressamento às mesmas atividades porque, segundo Lilian, eles compreendem que isso não é errado e pensam que não estão a cometer crimes – apenas estão a viver, a trabalhar e a ganhar a vida; essas são as normas.

4 A formação do Lago de Itaipu e a constante disputa do território fluvial

O Rio Paraná é um rio piscoso, sendo suas águas fortes e violentas, propícias para a criação do dourado. Entretanto, a construção da usina e a formação do Lago de Itaipu no Rio Paraná impactaram a pesca:

Com o enchimento do lago, nossa paisagem mudou. Daqui até Guaíra, antes era uma área que se agricultava, com cidades, não cidade grande, cidade pequena. De uma hora pra outra, virou uma planície de água e se formou os braços. Então, grande parte dos riachos nossos aqui, numa

grande parte de sua extensão, virou lago. A pesca no lago continuou, mas não com aqueles mesmos peixes que se pescava antes. Dourado, pintado e surubi não existem mais. Então se passou a pescar uns peixes próprios de água parada [...] (Joel, político e funcionário aposentado da Itaipu)

Além das mudanças relacionadas à pesca, a criação do Lago de Itaipu representou uma nova formatação no contrabando e no tráfico de drogas oriundas do Paraguai, e as cidades que hoje estão à beira do lago deixaram de ser pacatas. Cresceu vertiginosamente o aliciamento nas cidades lindeiras, intensificou-se a fiscalização na rodovia (BR 277) e o lago tornou-se a principal rota. O lago formou ramificações e, com elas, vieram os balneários. Praticamente quase todos os municípios lindeiros criaram praias artificiais. Essa particularidade mudou o divertimento na região, anteriormente concentrado na cidade. Com a alteração da paisagem mudaram também os costumes, criando outros hábitos na região.

[...] é claro que as pessoas não têm a mesma tranquilidade de antes, mas não chegou ao ponto de dizer: – Vamos acampar na prainha? Oh! Não, nós não vamos porque é perigoso! Não, isso ainda não ocorreu! O pessoal faz o acampamento, fica ali, quem vai mexer com droga, vai passar por ali, mas não vai mexer com você. Agora, tem regiões que é mais perigosa porque o pessoal está nas margens do lago, principalmente nos pontos de saída, então as pessoas não ficam, mas a prainha de Santa Helena, a prainha de São Miguel, prainha de Itaipulândia, a prainha de Santa Terezinha, elas continuam sendo frequentadas sem problema nenhum. A prainha de Entre Rios, agora, há hoje o tráfico de drogas e de armas [...] (Joel, agente político e funcionário aposentado da Itaipu).

As cidades brasileiras que estão às margens do lago passaram a ser rotas do contrabando e descaminho, considerando a proximidade como o Paraguai. Por um lado, a construção da Usina tornou o acesso ao rio mais acessível, se considerarmos que, antes do seu represamento, a população estava de costas para ele, olhando em outra direção, para centros urbanos distantes. A percepção da população muda a partir do momento

em que se começa a girar em direção ao rio e a olhá-lo de frente. Essa virada ocorre quando o rio é domado e domesticado, com o surgimento do lago.

O rio antes era um obstáculo entre nós e os argentinos, entre nós e os paraguaios. A gente via o rio como um obstáculo e como uma água profunda, onde não havia muita possibilidade de lazer no rio. O rio não propiciava o lazer, mas obstáculo e perigo, a não ser para os pescadores, que viviam do rio e vivem até hoje. As notícias que vinham do rio, ou dos rios, porque são dois, eram notícias de afogamento, devido às águas profundas, essa coisa toda, porque não tem remansos nesses rios. Com a Itaipu, mudou um pouco a nossa relação com o rio (Aluísio, jornalista).

A Itaipu é motivo de desenvolvimento social e de alargamento das cadeias de interdependência e, portanto, de novas dinâmicas sociais. Com ela, surgem os braços do lago e as opções de lazer são ampliadas, proporcionando à população da região outras opções de lazer – as praias artificiais. Agora, com maior segurança, mudam também a percepção e a funcionalidade em relação ao Rio Paraná. As famílias começam a frequentar as *prainhas* e os clubes de lazer do lago. As alternativas de pescaria esportiva e passeios náuticos são ampliadas. Lanchas, barcos e motos aquáticas são cada vez mais frequentes. O que até então era inimaginável que as águas pudessem proporcionar em termos de lazer passou a ser encontrado no Lago de Itaipu.

As atividades de lazer não se limitam ao sítio da usina; se estendem às localidades próximas ao reservatório, pois o nível de água do reservatório permanece praticamente inalterado durante o ano, proporcionando assim, uso regular da linha costeira com balneários e marinas. Estes, por sua vez, requerem investimentos, ou seja, a construção de instalações nas suas proximidades destinadas aos esportes náuticos e de pesca; a hotéis, áreas de *camping* e clubes campestres. Esses empreendimentos acabam por se constituírem em atividades econômicas que fomentam o consumo, propiciado pela circulação contínua na orla do reservatório.

Por outro lado, como já mencionado anteriormente, o represamento resultou na criação de pontos fixos para banho e restringiu a liberdade dos moradores às suas águas, uma vez que as margens do Lago de Itaipu são Áreas de Preservação Permanente (APPs),

sendo o monitoramento ostensivo dessa área a cargo não apenas da Polícia Militar e Marinha, mas também da vigilância privada da Itaipu Binacional⁵.

Em Santa Rosa do Ocoí, distrito do interior do município limdeiro de São Miguel do Iguçu, alguns pontos do lago ainda são frequentados de forma clandestina. Em um deles, por exemplo, está afixada uma placa de advertência que menciona a restrição de acesso.

Lá embaixo [...] no ponto de pesca, nós fomos proibidos de tomar banho. Na verdade, a gente não podia nem ter entrado. Ninguém pode entrar, mas se a Itaipu vir, onde nós *tava* olhando lá, e se tiver tomando banho também, eles não vão expulsar, mas que é proibido é. Eles não vão expulsar porque, às vezes, acho que não compensa pra eles. Mas se tivesse uma festinha acontecendo ali embaixo, umas vinte ou trinta pessoas tomando banho, eles simplesmente mandariam todo mundo embora. Agora, um ou dois, eles não iam falar nada. Se tivesse uma turma, fazendo festa, eles iam retirar a turma, não só da água, mas do ponto de pesca (Gabriel, agricultor).

Na fala do agricultor está implícita uma política de coexistência entre os agentes de segurança e a população local em relação ao uso do rio. O contexto coloca em discussão as implicações do deslocamento das fronteiras entre o canônico e o desviante; isso significa que devemos tomar como ponto de partida de análise os próprios discursos. Os indivíduos transitam com habilidade nas tênues fronteiras entre o canônico e o desviante, pois sabem lidar com os códigos de ambos os lados e jogar com as diversas identidades que remetem aos universos superpostos e embaralhados nas circunstâncias cotidianas. Essa característica cultural sempre esteve presente na região de fronteira, porém, tais práticas se redefinem a todo instante, à medida que surgem dispositivos que tentam conter a capilarização do repertório dos lazeres.

A criação de normas próprias estabelece os limites permitidos, por vezes contornados ou negociados com os agentes de controle. Existem pontos específicos de

⁵ Segundo dados da Procuradoria Geral da República (PGR), a Itaipu Binacional é um Organismo Internacional Privado, dotado de natureza empresarial, que surgiu de um tratado internacional bilateral, com participação de capitais brasileiros e paraguaios, em situação absolutamente igualitária e equivalente. Pareceres disponíveis em: <http://www.mpf.mp.br/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

pesca, com casas feitas de madeira destinadas aos pescadores profissionais. Caso a fiscalização chegue, solicitará necessariamente a apresentação da carteira de pescador. Após averiguação, se a documentação não estiver em dia, possivelmente irão tolerar, farão *vistas grossas*. Às margens do lago, barracas também são montadas para acampar à noite, embora não seja uma prática muito recorrente. Quando isso ocorre e a fiscalização flagra, ordenará o recolhimento do equipamento.

Em que pese o lazer espontâneo nas margens do rio tenha se tornado cada vez mais difícil, almoços e piqueniques continuam ocorrendo, pois não foram totalmente eliminados. Pequenos grupos ou famílias que não chamem atenção são tolerados; em alguns casos, as regras são flexibilizadas:

[...] se não tiver uma carteira de pescador, nós somos expulsos daquela área. Claro que se estiver em dois ou três e a Itaipu vier com uma fiscalização, ela não vai expulsar, mas se tiver vinte ou trinta fazendo festa eles expulsam ou, senão, chamam a polícia, que é proibido isso. Agora se tiver dois, três, uma família, eles não expulsam porque é de bom senso, é uma flexibilidade, mas é totalmente proibido. Antigamente não existia isso aí, se você queria fazer uma festinha, vinte ou trinta pessoas, se fazia, tu tava na tua terra (Gabriel, agricultor).

A população procura acessar de maneira camuflada as melhores áreas para o lazer às margens do Lago de Itaipu, geralmente conhecidas e limitadas, pois, em muitos pontos, existem tocos e galhos de árvores. Tendo em vista que tal ato configura infração, quando necessário se escondem, mas são cientes de que essa é uma transgressão consentida.

A Itaipu, o Instituto Ambiental do Paraná e a Força Verde (Polícia Ambiental) são favoráveis ao fechamento dos pontos e à proibição da entrada nessas águas. Esse posicionamento leva-nos a pensar que

[...] o lazer pode gerar experiências de abertura marcadas por uma atitude que rompa e transgrida o lícito e o permitido, situando-se, muitas vezes, à margem do socialmente adequado e aceito. Isso evidencia um dos grandes perigos que o lazer representa para a manutenção do *status*

quo. Daí surge, em parte, a intenção de silenciar e proibir a disruptividade, a alteridade e a inovação subversiva, e tudo aquilo que pode expressar um lazer problematizador, contra-hegemônico e transformacional (Elizalde; Gomes, 2012, p. 84).

A população compreende que ninguém é *bandido*, mas sim cidadãos que estão apenas a passar o dia de lazer com a família ou amigos. Apesar disso, a maior preocupação dos órgãos fiscalizadores está relacionada à depredação, *fechando um pouco os olhos* quando o assunto é o lazer, pois entendem o aspecto cultural da região. Ademais, não desejam confronto direto com a população, pois isso criaria indisposição.

O surgimento repentino do grande lago mudou a paisagem da região, que passou por uma transformação radical. A relação da população com o Rio Ocoí⁶, por exemplo, ia além do lazer, uma vez que supria condições de subsistência (peixe), fornecia água potável para o consumo, além de ser utilizado para lavar roupas, conforme expresso no relato saudosista do agricultor pioneiro:

[...] essa mina (fonte d'água) que tem lá embaixo, domingo retrasado nós *tava* lá. Eu e o Cinésio. Em 75 (1975), achei essa mina. A nossa terra *tava* fraca d'água, daí nós *buscava* água de garrafão lá embaixo, tomava banho lá embaixo. Tu vê, domingo o Cinésio falou: – *vamo* ver, *vamo* achar essa mina?! Eu tinha na época colocado um cano plástico, e tá lá até hoje. E *limpemo* de novo a mina. Isso é coisa linda! Ali nós lavava nossa roupa. Ali nós *buscava* água. Ela cai num riozinho, e esse riozinho caía no Rio Ocoí [...]. *Limpemo* ela de novo, *tomemo* água, mas é coisa linda. Isso não podia terminar. E assim tinha bastante mina, mas foram afundada, o lago cobriu. Cascata, então! Tudo! Nesse Rio Ocoí tinha cascata! Pra baixo dessa estrada de Guaíra, tinha uma usina que fizeram antigamente, pra fazer luz, sabe. Afundou. A escola que *tava* lá na época, tiraram só as janelas, o resto ficou debaixo d'água (Nadir, agricultor aposentado e pioneiro da região).

No *Paraná* (Rio Paraná), antes de ser construída a represa, havia peixes grandes, como surubis de até seis quilos, possíveis de serem capturados na *linhada*. A

⁶ O Rio Ocoí é um afluente do Rio Paraná que deságua diretamente na barragem de Itaipu. Ele captava vários rios menores que desapareceram com a represagem da Itaipu e, conseqüentemente, muitas de suas cascatas e olhos d'água. Quando a Itaipu fechou a represa, era possível identificá-lo somente a dez quilômetros de distância acima.

pescaria, fosse a lazer ou para subsistência, exigia bastante esforço físico. Os barcos eram pesados, pois eram feitos de madeira, o que exigia força para remar, uma tarefa braçal. Havia peixes em abundância e a pesca não era predatória, mas para alimentação, uma vez que não havia condições para conservar o peixe, pois não era comum haver energia elétrica nas residências. Não podendo guardá-lo congelado, a opção era fritá-lo e consumi-lo. Hoje o volume d'água é maior, mas a quantidade e o tamanho dos peixes são menores. Os pescadores se profissionalizaram, possuem barcos equipados, com motores e tecnologias capazes de rastrear cardumes com precisão, e redes em escalas que atendem às demandas comerciais. Entretanto, na atualidade, os jovens não têm demonstrado muito interesse por tais práticas:

Eu e a minha relação com o matinho, com essa sanguinha ali, era muita intensa. Ia pesca, demais. Hoje meus filhos não vão mais, eles vão ir se eu for junto, mas eles sozinhos, por conta não vão, não têm nem experiência de fazer isso. A gente tinha sete, oito anos e ia pesca sozinho, no meio destes matos, não precisava de ninguém pra ir junto (Gabriel, agricultor).

Esse relato menciona a possibilidade que as crianças tinham em sua infância de pescar sozinhas no pequeno Rio Ocoí. Em dias de chuva, vários grupos de crianças iam pescar. Hoje esse cenário é raro. As práticas mudaram; a relação do indivíduo com o rio mudou abruptamente com a criação da Usina de Itaipu. Mesmo que o rio passe pela propriedade dos moradores, eles já não se podem mais interagir como antes. As águas que subiram e cobriram as terras, também ocultaram parte do pequeno Rio Ocoí, o que resultou no desaparecimento de alguns pontos de lazer e na criação de outros. Como medida compensatória, praias artificiais foram criadas, as quais, de tempos em tempos, entram em decadência, posto que a estrutura requer investimento permanente, somado ao fato do advento de novos valores e modos de vida. Além das praias artificiais, cresceu o número de parques aquáticos particulares que, para operarem, requerem licença do Instituto Ambiental do Paraná. Mesmo com as praias artificiais e os clubes privados, a população ainda é atraída para o rio, uma vez que essa relação é espontânea:

Antes era aberto ao público, não tinha pontos definidos, não era explorado economicamente como são os balneários agora. Era pular na água, tomar uns banhos e assar uma carne [...]. Não tinha um ponto. Na época não existia essa coisa de lugar específico para banho (Nadir, agricultor aposentado e pioneiro da região).

As resistências do lazer aparecem, na maioria das vezes, como práticas espontâneas e individuais e, em menor medida, como organizadas e coletivas. Nessa fala, compreende-se como *lugar específico* as praias artificiais, destinadas à população, que têm clareza de que esses são os espaços oficiais de banho, uma vez que o acesso ao rio foi limitado. O ingresso para os moradores é gratuito, ao passo que é pago para quem vem de fora, com o controle realizado por meio da conferência da placa do veículo.

Esse contexto nos remete à permanente articulação de poder e saber. As rotinas cotidianas da vida estão sustentadas em múltiplas relações sociais, nas quais assenta o poder; o lazer, portanto, não escapa à sua influência. Se o poder cria objetos de saber no campo do lazer, isso implica que o lazer pode ser mais um dispositivo de disciplinamento dentre aqueles que atuam na sociedade normalizada. Antes do represamento do Rio Paraná e da expansão do Lago de Itaipu, os agricultores acessavam outros afluentes além do Rio Ocoí, mas eles desapareceram. Caminhos foram alagados e poucas pessoas tinham a exatidão de onde seriam construídas as novas residências. A represa ocupou uma grande área rural, forçando muitos proprietários a deixarem suas terras sem assim o desejarem, ou nem sempre concordando com os valores que seriam pagos por elas. Em alguns casos, a represa dividiu as propriedades, aumentou a distância entre a vizinhança e as famílias.

Em síntese, a criação do Lago de Itaipu impôs novos conflitos na dinâmica societária em desenvolvimento e o lazer é mais uma dessas esferas imbricadas a essa dinâmica, tornando-se paradigmático para a leitura dos deslocamentos provocados durante o período pós-criação da Itaipu Binacional. Frente a esses achados, identificamos os seguintes discursos na dinâmica dos conflitos entre quem governa e quem resiste: (1) riscos/ameaças de usos desviantes do lazer às pessoas e aos territórios; (2) produção de

discursos que marcam o sujeito desviante; (3) a otimização das formas de governo para gerir os distanciamentos pendulares entre lazer canônico e desviante.

5 Pêndulo: lazer – desviante

As infrações dos indivíduos são movimentos de astúcia e criatividade, pois sabem quais são os limites e, mesmo assim, criam estratégias para contornar os sistemas de vigilância. No caso do uso das águas para as práticas de lazer, os praticantes monitoram a vigilância para que não sejam apanhados. Para tanto, é necessário observar o melhor momento, os lugares, os períodos e os agentes de controle (quando a vigilância é menor ou inexistente). Em certa medida, esses sujeitos aprendem a enxergar também as brechas que o próprio sistema cede, como um relaxamento calculado das regras:

Todo o mundo sabe bem que as leis foram feitas por alguns e impostas aos outros. Mas, parece que podemos dar um passo bem adiante. A ilegalidade não é um acidente, uma imperfeição mais ou menos inevitável. É um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cuja função está prevista na estratégia geral da sociedade. Todo dispositivo legislativo dispôs espaços protegidos e proveitosos onde a lei pode ser violada; outros, onde pode ser ignorada; outros, finalmente, onde as infrações são sancionadas. No limite, diria, à vontade, que a lei não foi feita para impedir um ou outro tipo de comportamento, mas para diferenciar as maneiras de desviar a própria lei (Foucault, 2012, p. 224-225).

Podemos considerar que na região de fronteira existem inúmeros dispositivos de controle sobre o indivíduo. Em muitos casos, os agentes reguladores são relativamente flexíveis com os fronteiriços (moradores), desde que as suas condutas não apresentem riscos ao poder instituído. No contexto em destaque, o Estado exerce eventualmente um controle menos rigoroso, uma vez que há certa naturalização das práticas desviantes. Em contrapartida, os indivíduos apropriam-se das normas locais da região de fronteira, as quais possuem dinâmicas distintas, para usufruírem de condutas sociais que, eventualmente, extrapolam as leis, existindo uma dinâmica interrelacional entre motivação, localização e contexto, cuja transgressão é praticamente inevitável.

Ao considerar certas práticas de lazer desviantes, os indivíduos têm a oportunidade de experiências diferenciadas. Entretanto, os mecanismos e dispositivos de controle imbricados pela sociedade remetem ao autocontrole e autovigilância. Mesmo que o indivíduo esteja ciente de que algumas experiências sejam permitidas, elas poderão gerar inúmeros sentimentos, como se estivesse infringindo alguma lei, decorrente do controle do Estado exercido sobre o corpo.

Constantemente o Estado brasileiro reformula os mecanismos de controle do indivíduo (novas legislações, acordos bilaterais, policiamento ostensivo, tecnologia eletrônica e mecânica, serviço de inteligência, revitalização de espaços, entre outros) e determina as condutas e os tipos de práticas de lazer que podem ser vivenciados. A tentativa de controle é exercida, mas a população tem demonstrado que o poder não é algo centralizado, restrito apenas às instituições, pois o lazer é parte integrante das múltiplas relações sociais em que se assenta o poder.

A diversificação de sistemas de contenção em formato de redes integradas: do Estado sobre os indivíduos, aplicados em diferentes esferas (Municipal, Estadual e Federal); e o controle do indivíduo sobre o indivíduo e o autocontrole introjetado, tem demonstrado que certos aspectos fogem ao controle e à regulação. Os indivíduos reinventam estratégias e contornam os dispositivos de vigilância, gerando constantes deslocamentos. A estratégia governamental tem sido a de criar estimulações, porque a proibição não tem sido eficaz. Não obstante, em uma perspectiva foucaultiana, o poder toma um aspecto que é muito mais de estimular do que de proibir o desvio.

A peculiaridade da região da Tríplice Fronteira revelou um ambiente dinâmico, no qual as ambiguidades são constitutivas das relações sociais e do lazer no território fluvial. Os rios criam limites naturais contornáveis, sendo parte do cotidiano a criação de dispositivos para tornar algumas práticas de lazer viáveis, enquanto outras são inviáveis. Quando o assunto é o acesso aos cursos d'água pela população, constatamos que, mesmo com a normatividade do lazer canônico e o forte domínio do turismo regional, emergem estratégias para contorná-los – os desvios não são eliminados, no máximo, silenciados, pois a população constrói resistências, é conhecedora das malícias e das

estratégias. Ela possui as chaves dos acessos, dribla os mecanismos de controle e faz o enfrentamento. É a fluidez do lazer no fluxo do rio!

O usufruto dos rios para as práticas de lazer na região de fronteira, pontualmente na área de Segurança Nacional (Itaipu Binacional), tem relação direta com o processo de apropriação e institucionalização, ressignificando as práticas de lazer. Nesse processo, ocorre um trabalho de *domínio de si* (autodomínio), embora os dispositivos de monitoramento não correspondam, necessariamente, a uma lógica de submissão do indivíduo aos aparelhos externos, emissores de regras e normas. Pelo contrário, estimulam o processo de alargamento dessas regras e normas, tornando-as mais amplas que as próprias normas externas que são emitidas pelos órgãos de controle. Gradativamente, a fruição lúdica do território fluvial está sendo dificultada concomitantemente à sua comercialização como atrativo. Chegar às águas tem sido um comportamento de resistência e de desvio à medida que os usuários passam pelas propriedades privadas ou áreas de preservação sem autorização, apesar do ocasional avistamento de policiais e/ou contrabandistas, os quais se tornaram os *monstros do lago*. No território fluvial, quem é monstro para quem? Precisamos, então, considerar a participação de múltiplas realidades em um jogo de poder, que envolve de maneiras desiguais vários componentes.

A criação do Lago de Itaipu obrigou os usuários a se deslocarem para outros afluentes, menos visados. O Estado e a iniciativa privada tentam delimitar e direcionar os cursos d'água como uma tentativa de impor o controle dos corpos no lazer e criar subjetividades. Ao definirem quais são as práticas e os locais de lazer onde os indivíduos poderão ou não se divertir, induzem à criação de processos de subjetivação e à cultura do lazer consumo. As terras e os rios não estão mais à disposição, livres, tampouco o indivíduo. Tudo é vigiado, controlado e espionado em nome da segurança nacional. A vida é exposta e explorada sob o discurso da segurança e do bem-estar social, engendrada em um jogo financeiro que nem sempre beneficia a população regional.

Os modos de regulação do mercado das águas caracterizam-se como um conjunto de práticas e dispositivos sociopolíticos abertos a uma geometria variável de relações, envolvendo lazeres desviantes e canônicos. Estamos a tratar da configuração de campos

de força, contornados por práticas que oscilam entre acordos velados e negociações abertas na disputa por territórios e pelos modos de apropriação de capitais que circulam nesses mercados.

A criação de roteiros canônicos de lazer e a criação de diversos aparatos de controle não são suficientes para impedir os indivíduos, que se reorganizam e encontram alternativas de apropriação das águas, pois elas são partes constituintes de suas vidas. A relação de poder (correlação de forças) coloca em disputa diferentes sujeitos na determinação de quais são os usos *verdadeiros* das águas. Em um jogo tensional e dinâmico de oposições, tolerâncias e alianças, é contestado o uso dos cursos d'água para o lazer, em que cada ator social defende esse uso a partir dos seus interesses, elaborando diferentes discursos. Assim, as práticas de lazer operam como dispositivos locais de gestão da ordem, que passa por protocolos, mediações e negociações.

Nesse plano, nas maneiras de contornar a própria lei, pode-se conferir a trama de práticas e dispositivos de poder. Nos territórios mutáveis e incertos de fronteira, as regras e os jogos de poder estão constantemente se redefinindo, restabelecendo nexos que se estruturam ora em campos de tensão e conflitos, ora em acordos pactuados. Assim sendo, assumimos o ponto de vista teórico de que essas relações de poder são dinâmicas, não são engessadas, acontecem a todo o momento. Constituem, assim, uma construção social que tem como resultado indissociáveis formas de lazer.

Nesse sentido, cresce a preocupação com os conflitos gerados pela ocupação dos territórios turísticos. Eles podem ser causados por disputas comerciais entre operadores formais e receptivos autônomos pelos pontos mais lucrativos (BUHALIS, 2000). Mas a questão mais premente é, especialmente em áreas protegidas, a respeito da desobediência da população local com suas práticas tradicionais frente à standardização dos espaços e à possibilidade de conciliar a exploração turística-esportiva com a preservação (Lopes *et al.*, 2015). Assim, se percebe que a causa dos conflitos precisa ser avaliada objetivamente e é possível absorver o desvio na norma.

Ante o exposto, podemos trazer as reflexões oriundas da Educação Olímpica a respeito dos valores *do e no* esporte (Gomes; Santos; Silva, 2014), sendo a questão

ecológica, o respeito às regras e o combate à iniquidade, todas elas, bandeiras do Olimpismo. De fato, conforme os discursos e práticas analisados, o lazer desviante pode ser objeto de gestão democrática e medidas educativas, a exemplo da sinergia entre propósitos esportivos, turísticos e preservacionistas nas áreas de proteção ambiental. As estratégias mais sutis de governo (controle social) identificam os focos de tensões entre o lazer canônico versus desviante, contribuindo para que o governo de si evolua na medida em que direitos e deveres são objeto de cogestão dos territórios fluviais.

6 Considerações finais

As análises e as contribuições deste estudo demonstram que as transformações na dinâmica social da região propiciaram uma notável expansão da validade dos dispositivos envolvendo o Lago de Itaipu, bem como os cursos d'água da região. O lazer é, portanto, uma resposta paradigmática e criativa na arena do tempo livre, capaz de gerar tanto experiências negativas, quanto positivas, em estreita relação com os dilemas sociais e a criação de discursos.

Frente a essas conclusões, as práticas e os discursos constituintes dos lazeres desviantes, no território fluvial da Tríplice Fronteira (Brasil-Argentina-Paraguai), estão relacionados à dinâmica contextual que engendra um campo de disputas em constante deslocamento e demarcação, o qual se configura em meio à ordem e à desordem, ao canônico e ao desviante, à satisfação e à repressão.

A construção da Usina Binacional de Itaipu produziu limites para o uso do território e, com ele, insatisfação: de moradores, de pescadores e frequentadores. O sentimento de terem sido lesados ao serem retirados do local de moradia, a sensação de perda da liberdade de acesso ao rio, a transformação da região fluvial em grande centro turístico e mercadológico, o desejo de aventurar-se (individual ou coletivamente) e a satisfação pela transgressão podem ser lidos como fatores que levam ao lazer desviante, que merecem novas investigações e desenvolvimento de formas democráticas de governança do território fluvial.

A criação do Lago de Itaipu como território fluvial de práticas e discursos de lazer canônico e desviante
Alexandre Paulo Loro, Giuliano Gomes de Assis Pimentel

Referências

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2008.

BUHALIS, Dimitrios. Relationships in the distribution channel of tourism: Conflicts between hoteliers and tour operators in the mediterranean region. **International Journal of Hospitality & Tourism Administration**, Londres, v. 1, n. 1, p. 113-139, 2000.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CATTA, Luiz Eduardo. **A face da desordem**: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/1964-1992). São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

CATTA, Luiz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira**: a perversidade da modernidade. Cascavel: Edunioeste, 2002.

ELIZALDE, Rodrigo; GOMES, Christianne Luce. **Horizontes latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos VIII**: segurança, penalidade, prisão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1999.

GERLERO, Julia C. Las formas de residencia en la recreación. **Cuadernos de ocio y sociedad**. Medellín, Colômbia: Soluciones Editoriales, v. 1, n. 3, p. 49-62, 2007..

A criação do Lago de Itaipu como território fluvial de práticas e discursos de lazer canônico e desviante
Alexandre Paulo Loro, Giuliano Gomes de Assis Pimentel

GOMES, Marta C.; SANTOS, Leonardo J. M.; SILVA, Paulo R. P. Educação olímpica para quê? Educação olímpica para quem? Representações e práticas para uma pedagogia crítica do olimpismo em tópicos especiais - o doping entre escolares. **Podium: sport, leisure and tourism review**, São Paulo, v. 3, p. 38-47, 2014.

GOMES, Rui Machado. A política da vida e a transparência do corpo. In: GOMES, Rui Machado (org.). **O corpo e a política da vida**. Coimbra: Centro de Estudos Biocinéticos, 2009. p. 52-82.

JORGE, Janes. A represa do Guarapiranga e os esportes na região de São Paulo (1905-1963). In: SOAREZ, Carmen Lúcia (org.). **Uma educação pela natureza**. Campinas: Autores Associados, 2016. p. 181-204.

LOPES, Priscila Fabiana M.; PACHECO, Shirley. CLAUZET, Mariana; SILVANO, Renato A. M.; BEGOSSI, Alpina. Fisheries, tourism, and marine protected areas: conflicting or synergistic interactions? **Ecosystem Services**, Amsterdã, v. 16, p. 333-340, 2015.

NARITA, Sandra Akemi. **Apropriações sociais e vivências de lazer nos rios urbanos de Foz do Iguaçu e suas margens**. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. Sobre os desvios no lazer: questões para se pensar a corrupção no lúdico. In: LARA, Larissa Michelle (org.). **As abordagens socioculturais em educação física**. Maringá: Eduem, 2010. p. 81-112.

ROJEK, Chris. O lado obscuro do lazer: formas anormais. In: FORTINI, Janice Lúce Martins; GOMES, Christianne L.; ELIZALDE, Rodrigo. **Desafios e perspectivas da educação para o lazer**. Belo Horizonte: Editorial SESC/Otium, 2011. p. 137-148.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

A criação do Lago de Itaipu como território fluvial de práticas e discursos de lazer canônico e desviante
Alexandre Paulo Loro, Giuliano Gomes de Assis Pimentel

Contribuições de autoria

Alexandre Paulo Loro: conceituação; análise formal; investigação; metodologia; visualização; escrita – rascunho original; escrita – análise e edição.

Giuliano Gomes de Assis Pimentel: conceituação; análise formal; metodologia; administração do projeto; supervisão; validação; escrita – análise e edição.

Recebido em: 07/03/2023

Aprovado em: 25/10/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

PerCursos

Volume 24 - Ano 2023

revistapercursos.faed@udesc.br